



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

REGULAMENTO INTERNO

Lar Sousa Freire

CAPÍTULO I

Objectivos do Regulamento

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

- a) Promover o respeito pelos direitos dos utentes, nomeadamente da sua dignidade e intimidade da sua vida privada;
- b) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento;
- c) Promover a participação activa dos utentes e dos seus familiares e/ou representantes legais ao nível da resposta social.

CAPÍTULO II

Serviços mínimos assegurados e actividades complementares desenvolvidas

Artigo 1º – Como contrapartida do pagamento da mensalidade estabelecida, são assegurados os seguintes serviços:

- a) Alojamento;

- b) Fornecimento e mudança de roupa de cama, bem como de toalhas;
- c) Manutenção do aposento;
- d) Alimentação adequada às suas condições físicas e orgânicas;
- e) Cuidados de higiene pessoal;
- f) Tratamento de roupa;
- g) Actividades ocupacionais de acordo com programas previamente elaborados;
- h) Serviços de Manicure e pedi cure;
- i) Marcação de consultas e respectivo acompanhamento;
- j) Administração da medicação;
- k) Assistência médica e de enfermagem, através do médico e do pessoal de enfermagem ao serviço da Instituição, e a todas as diligências necessárias ao transporte e internamento em unidades hospitalares, se necessário, recorrendo sempre que possível, ao Serviço Nacional de Saúde ou a outro subsistema que a Utente tenha direito.

Artigo 2º- Mediante respectivo pagamento, poderão ainda ser prestados os seguintes serviços:

- a) Serviços de cabeleireiro;
- b) Serviços de barbearia.

Artigo 3º- Estão excluído do artigo 1º os custos com medicamentos, fisioterapia e reabilitação, consultas médicas, transportes em ambulâncias, fraldas, meios auxiliares de diagnóstico, os quais serão debitados em separado.

CAPÍTULO III

Das Condições Gerais

Artigo 4º – São considerados utentes do Lar Sousa Freire da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, os indivíduos de ambos os sexos que sejam admitidos em conformidade com o presente Regulamento Interno, após organização prévia do respectivo processo de admissão.

Artigo 5º – São condições gerais de admissão.

- a) Serem preferencialmente naturais e residentes do concelho de Lousada;
- b) Ser vontade própria do candidato ser admitido e passar a residir no lar;
- c) Ter idade igual ou superior a 65 anos, salvaguardando exceções que serão devidamente avaliadas;
- d) Não ser portador de qualquer doença infecto-contagiosa, de foro psiquiátrico, ou alcoolismo crónico que possa prejudicar quer a saúde, estabilidade ou convivência dos demais utentes, quer o regular funcionamento do lar;
- e) Responder com verdade a um inquérito feito pelo Serviço Social em boletim próprio, devendo o candidato ou o seu representante apresentar o bilhete de identidade, cartão de beneficiário, cartão de contribuinte, cartão de utente e documento comprovativo do seu rendimento;
- f) Não se encontrarem em situação de dependência total;
- g) Serem sujeitos a uma ou mais visitas domiciliárias sempre que o Serviço Social considere necessário;
- h) Assinatura do contrato e aceitação do presente regulamento;
- i) Deverão também apresentar declaração médica em como não sofrem das doenças atrás referidas, nas quais se refiram os dados clínicos considerados relevantes (relatório Médico).

Nota: Só em casos excepcionais e justificáveis, a considerar individualmente, poderão deixar de se respeitar as condições exigidas no presente regulamento.

CAPÍTULO IV

Do processo de admissão

Artigo 6º - Elaborado o inquérito médico-social e concluindo-se que a pessoa em causa não possa ter outra resposta, a Equipa Técnica da Instituição emitirá o seu parecer sobre a admissão

Artigo 7º - O processo de admissão será apresentado a despacho da Mesa Administrativa que dará a decisão definitiva

CAPTULO V

Da admissão

Artigo 8º – O utente ou quem o represente legalmente no acto da admissão deverá assinar o respectivo contrato de admissão em como se compromete a pagar mensalmente a comparticipação estipulada no acto da admissão, sujeitando-se anualmente às alterações proporcionais, ao aumento das reformas ou da taxa de inflação.

Artigo 9º – Se vier apurar que houve falsidade nas declarações do utente, ou na documentação entregue, o utente poderá ser convidado a abandonar o Lar, não tendo direito a qualquer reembolso.

CAPÍTULO VI

Serviços de funcionamento do lar

Artigo 10º – Alojamento

O alojamento será em comum, em quartos de duas ou três camas, procurando-se agrupar os Utentes de forma a conseguir-se a melhor integração social dos mesmos.

No caso específico dos casais, quando se verificar o falecimento de um dos conjugues, será considerada a permanência do sobrevivente no mesmo quarto (sujeitando-se neste caso a um novo companheiro) ou a sua transferência para o quarto apropriado à sua situação.

Artigo 11º - Roupas Pessoal do Utente

Os utentes, no momento da sua admissão, deverão fazer-se acompanhar de todas as roupas de uso pessoal, mas as de cama e atalhados, só se autorizados.

* Toda a roupa será marcada pela Instituição com as iniciais de cada utente.

Artigo 12º- Limpeza

O Lar ficará com o encargo da limpeza do quarto e de mandar lavar e passar a ferro a roupa do utente. Sempre que o utente se encontre válido, no interesse da sua actividade física e psíquica, deverá colaborar nas tarefas do Lar e no arranjo do quarto.

Artigo 13º- Alimentação

A alimentação é igual para todos, havendo os regimes dietéticos prescritos pelo médico. Se o utente não quiser seguir o regime prescrito pelo médico deverá assinar uma declaração assumindo esta decisão.

* Todas as refeições serão servidas na sala de jantar e só em casos especiais e justificados poderão as mesmas ser servidas nos quartos.

CAPÍTULO VII

Dos direitos e obrigações dos Utentes

Artigo 14º – Os utentes usufruem dos seguintes direitos:

- a) Usar todas as instalações do Lar que lhe foram destinadas;
- b) Refeições diárias adequadas às suas condições físicas e orgânicas;
- c) Tomar parte nas festas e passeios ou visitas que se realizarem;
- d) Terem assistência médica e de enfermagem nas condições do art.17º;
Como o Lar não dispõe de enfermagem e médico permanentes, sempre que surgir alteração do estado de saúde do utente recorrer-se-á aos serviços de urgência do Hospital;
- e) Receber visitas de acordo com o funcionamento e organização do horário da Instituição;
- f) Beneficiar das saídas e licenças conforme determina o capítulo XII;
- g) Pedir dispensa das refeições conforme determina o artigo 25º;
- h) Beneficiar dos diversos serviços que o Lar possui.

Artigo 15º – Os utentes ou os seus representantes, terão as seguintes obrigações:

- a) Cumprir as normas do estabelecimento de acordo com o estipulado no contrato e no regulamento interno;
- b) Entregar no acto da admissão, cópia do bilhete de identidade ou documento que o substitua, cópia do cartão de contribuinte, cópia do cartão de beneficiário, cópia do cartão de utente e uma declaração compromisso do pagamento da verba mensal que lhe tiver sido atribuída como contribuição para o lar, aquando da realização do inquérito, sujeitando-se às actualizações referidas no art.8º;
- c) Liquidar, pontualmente a contribuição mensal fixada e as alterações subsequentes, bem como qualquer despesa extraordinária da sua responsabilidade, conforme o acordado no contrato;
- d) Efectuar o pagamento da comparticipação até ao dia 08 de cada mês, de acordo com o contrato previamente estabelecido. Após o dia 30 de cada mês serão acrescidos à comparticipação 5% do valor total;
- e) Respeitar rigorosamente, os horários das refeições, das visitas e das saídas conforme os horários estabelecidos, bem como a hora de silêncio;
- f) Prestar a máxima colaboração para que o Lar se apresente limpo e arrumado, no sentido de se manter desejado asseio e arrumo, pelo que o cuidado com o arrumo do quarto, roupas e objectos pessoais, deve dentro do possível, ser feito pelo próprio utente;
- g) Cumprir rigorosamente as prescrições médicas e medicamentosas;
- h) Indicar no acto de admissão, qual o familiar ou pessoa de confiança a contactar em caso de situação anormal;
- i) Tratar com educação e urbanidade todos os demais clientes, servidores e visitantes do lar;
- j) Não entrar em conflito com os outros utentes ou funcionários;
- k) Observar o mais rigoroso asseio individual.

CAPÍTULO VIII

Direitos e deveres dos trabalhadores e da Instituição

Artigo 16º-Os direitos e deveres dos trabalhadores e da Instituição, são os definidos nas cláusulas 11ª, 12ª e 13ª do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho)

CAPÍTULO IX

Da assistência médica e de enfermagem

Artigo 17º – No âmbito do contrato celebrado com o utente, são prestados os seguintes cuidados de saúde:

- a) Consultas de simples acompanhamento, pelo Médico Assistente do lar, nos dias e horário afixado na Instituição, efectuando uma sessão de consulta semanal;
- b) Serviço de enfermagem de simples acompanhamento, em dias e horário afixado.

Artigo 18º – Em caso de doença passível de cuidados intensivos de enfermagem, devidamente reconhecidos pelo Médico, os utentes terão de ser obrigatoriamente transferidos para um dos quartos de enfermaria do lar, regressando ao quarto, logo que tais cuidados já não se tornem necessários.

Artigo 19º – Todos os utentes têm direito a assistência médica e de enfermagem, devendo submeter-se às prescrições clínicas e aos exames que periodicamente lhe serão feitos, devendo observar-se o seguinte:

- a) Os utentes beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, ou de qualquer outro organismo, deverão continuar a usufruir dos respectivos serviços, beneficiando dos descontos nos medicamentos e serviços;
- b) O recurso ao serviço de Hospital só se verificará quando houver impossibilidade de tratamento na Instituição carecendo de autorização do médico ou enfermeira ou, na ausência destes ao pessoal responsável pelo utente;
 - * Caso o utente se decida por tratamento em clínica particular, serão da sua responsabilidade as inerentes despesas.
- c) As consultas de especialidade terão lugar no Hospital Distrital, Central ou no Centro de Saúde, cabendo ao utente o pagamento das respectivas despesas;

- * Sempre que haja dificuldade na obtenção de consulta nos Serviços do Estado, o médico da Instituição poderá propor o recurso aos serviços privados de saúde, bem como, no caso de ser seu desejo, poderá o utente recorrer a estes serviços.
- d) Os internamentos em clínicas particulares ou casas de saúde para tratamentos ou intervenções cirúrgicas serão sempre por conta do utente;
- Se o utente, por qualquer circunstância, prescindir da assistência médica e de enfermagem que o Lar lhe proporciona nos termos do presente artigo e optar por outra solução, será única e exclusivamente responsável por todas as despesas que daí resultem.
- e) A toma da medicação prescrita aos utentes, será da inteira responsabilidade do pessoal de enfermagem;
- f) É vedado às visitas/familiares, fornecerem ao utente qualquer tipo de medicamento que não seja através do seu médico assistente e com o conhecimento do serviço clínico da Instituição.

CAPÍTULO X

De outros serviços

Artigo 20º – Os utentes poderão usufruir dos benefícios de uma ocupação terapêutica nos vários sectores de ocupação.

- a) O Lar fomenta a organização de actividades sócio-culturais e recreativas quer da iniciativa dos Utes, quer da Direcção do Lar, com a frequência e regularidade determinadas pelas circunstâncias, em que o objectivo último é o convívio e a inter-acção entre os idosos e a comunidade.

& Único – A ocupação será sempre voluntária e escolhida pelo próprio utente, dentro das suas aptidões e do programa de actividades do Lar.

- b) Podem ser prestados serviços de cabeleireiro/ barbeiro ainda que nas Instalações do Lar, desde que solicitado e pago pelos utentes.

CAPÍTULO XI

Horários de funcionamento e entrada e saída de visitas

Artigo 21º – A Instituição funciona todos os dias, 24 horas por dia.

Artigo 22 – Os utentes poderão receber visitas diariamente entre as 10.00h e as 11.30h, as 14.00h e 15.45h e as 16.30 e 18.00h.

Artigo 23º – Exceptuam-se do disposto no artigo anterior, os casos dos utentes cujas visitas, por imperativos profissionais ou outros não possam observar o horário estabelecido, devendo, neste caso, ser acordado outro horário, o qual, não poderá perturbar o normal funcionamento da Instituição

CAPÍTULO XII

Das saídas ou pedidos de licença ou dispensas

Artigo 24º - As saídas diárias dos utentes são livres, salvo contra indicação médica:

- a) Os utentes invisuais ou aqueles cuja saída, por qualquer limitação física, psíquica ou avançada idade, possa representar risco ou perigo para a sua segurança pessoal, só terão permissão para tal quando acompanhados por familiar ou pessoa amiga que se responsabilize pela estadia dos utentes fora da Instituição durante o período indicado, abrangendo esta responsabilidade o amparo físico e material dos mesmos, desde que saiam até que regressem ao Lar;
- b) Todos os utentes, salvo motivo de força maior, têm direito a ausentar-se por períodos variáveis, carecendo de autorização prévia para o efeito e devendo indicar o lugar para onde vão e respectivo número de telefone para qualquer contacto que seja necessário durante a ausência;

- c) Durante o período de ausência, os utentes bem como os familiares ou acompanhantes assumirão toda a responsabilidade por tudo quanto possa acontecer no exterior, não sendo imputável qualquer responsabilidade do estabelecimento por “ culpa in eligendo”.

Artigo 25º – Os utentes são dispensados sempre que o desejem, do almoço e/ou do jantar, mediante a autorização prévia, desde que regressem ao Lar até à hora do silêncio.

- a) Os pedidos de dispensa do almoço deverão ser comunicados na véspera até às 17:00 e os do Jantar até às 14:00 do próprio dia;
- b) Só em casos justificados e excepcionalmente, mediante a autorização da Directora Técnica do Lar, ou quem a substitua, poderá o regresso ao Lar ir além da hora do silêncio;
- c) As ausências às refeições não conferem aos utentes qualquer direito ou desconto na mensalidade.

CAPÍTULO XIII

Da disciplina

Artigo 26º - Para obtenção da harmonia e ordem necessárias ao bom funcionamento do Lar torna-se indispensável:

- a) Preservar as normas mínimas de convívio social;
- b) Usar de respeito mútuo a nível de pessoas e de ideias e haver colaboração recíproca, atendendo à igualdade do estatuto de utente;
- c) Dar conhecimento à Directora Técnica ou a quem a substitua de discussões ou censura a quaisquer instruções e determinações quanto ao funcionamento dos serviços, no sentido de serem dados todos os esclarecimentos necessários;
- d) Respeitar a hora de silêncio que fica estabelecida pelas 22 horas.

Artigo 27º – Qualquer acto ou atitude que ultrapasse as normas de respeito pela pessoa, sua dignidade e bens, pelo incumprimento das normas decorrentes do presente

regulamento e tendo em conta o grau de ilicitude e a personalidade do infractor, são passíveis das seguintes sanções:

1

- a) Repreensão verbal;
- b) Repreensão registada;
- c) Saída temporária da Instituição, mediante período a estipular conforme a gravidade da situação;
- d) Expulsão do Lar.

2

- a) Na avaliação da sanção a aplicar, serão tidas sempre em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes que ao caso couber.

Artigo 28º – Compete à Directora Técnica da Instituição ordenar o processo de inquérito ou disciplinar e nomear Instrutor.

Artigo 29º – São competentes para a aplicação das sanções no artigo anterior:

- a) A Directora Técnica da Instituição mediante inquérito sumário ao pessoal com conhecimento directo do facto punível, para as sanções referidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior;
- b) O Provedor, mediante processo disciplinar para a sanção referida na alínea c);
- c) A Mesa Administrativa, quando do processo disciplinar instaurado para sanção prevista na alínea d).

CAPÍTULO XIV

Da Comparticipação Familiar

Artigo 30º – A comparticipação familiar devida pela utilização de serviços /equipamentos é determinada de forma proporcional ao rendimento “per capita” do

agregado familiar, de acordo com a Circular n.3, de 2 de Maio de 1997, da Direcção – Geral da Segurança Social.

Artigo 31º - O cálculo do rendimento “per capita” do agregado familiar é efectuado da seguinte forma:

$$\frac{R = RF - D}{N} \times 70\%$$

Sendo:

R : Rendimento per capita

RF: Rendimento anual ilíquido do agregado familiar

D: Despesas fixas

N: Número de elementos do agregado familiar;

Artigo 32º – Para efeitos de aplicação do número anterior, entende-se por:

- Agregado familiar: conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento, afinidade ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum;
- Rendimento mensal ilíquido: duodécimos da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.
- Despesas fixas do agregado familiar. O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única, o valor da renda de casa ou prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria, os encargos médios mensais com transportes públicos, as despesas com aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica.

Artigo 33º - A percentagem de 70% estipulada no número anterior poderá ser elevada até 85% do rendimento “per capita” relativamente aos clientes nas seguintes situações:

- Idosos dependentes que não possam praticar com autonomia os actos indispensáveis à situação das necessidades humanas básicas, nomeadamente os actos relativos a cuidados de higiene pessoal, uso de instalações sanitárias, alimentação, vestuário e locomoção.
- Idosos necessitados de cuidados específicos de recuperação ou saúde com carácter permanente, que onerem significativamente o respectivo custo;

CAPÍTULO XV

Comparticipação Familiar Máxima

Artigo 34º – A comparticipação familiar máxima calculada nos termos descritos não pode exceder o custo médio real do utente verificado no equipamento ou serviço que utiliza.

Artigo 35º – O custo médio real do utente é calculado em função do valor das despesas efectivamente verificados no ano anterior com o funcionamento do serviço ou equipamento, actualizado com o índice de inflação e ainda em função do número de utentes que frequentara, o serviço ou equipamento no mesmo ano.

Artigo 36º – nas despesas referidas no número anterior incluem-se quer as despesas específicas do serviço ou equipamento, quer a participação que lhe seja imputável nas despesas comuns a outros serviços da instituição.

Artigo 37º – Tratando-se de serviços ou equipamentos novos, os factores a considerar para determinação do custo médio real do utente, serão as despesas orçamentadas e o número de utentes previsto para o ano correspondente.

CAPÍTULO XVI

Prova de rendimento e despesas

Artigo 38º – A prova dos rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos comprovativos adequados e credíveis, designadamente de natureza fiscal

Artigo 39º – Sempre que haja fundadas dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimentos deverão ser feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações de acordo com os critérios de razoabilidade.

Artigo 40º – A prova das despesas referidas, deverá ser feita mediante a apresentação de documentos comprovativos dos últimos três meses.

CAPÍTULO XVII

Redução da comparticipação familiar mensal

Artigo 41º – Haverá lugar a uma redução de 20% na comparticipação familiar mensal, desde que se verifique a frequência do mesmo estabelecimento por mais do que um elemento do agregado familiar.

CAPÍTULO XVIII

Revisão anual das comparticipações familiares

Artigo 42º – As comparticipações familiares, em regra, são objecto de revisão anual

Artigo 43º – As revisões das comparticipações familiares deverão ser efectuados no início do ano civil

Artigo 44º – Sobrevindo comprovada alteração da situação económica do utente ou dos seus familiares, a mensalidade será ajustada em conformidade.

CAPÍTULO XIX

Deposito e guarda dos bens dos utentes

Artigo 45º – No momento da admissão será elaborado um inventário, de todos os pertences dos utentes, sendo entregue um exemplar ao utente e um na Instituição.

Artigo 46º – Todos os valores que sejam entregues à guarda da Misericórdia serão da responsabilidade da Instituição

* Os valores não entregues ficam da responsabilidade do utente

CAPÍTULO XX

Do bragal e espólio

Artigo 47º – Se, após a admissão, se verificar a desistência do utente por qualquer causa ou falecimento, será o lugar considerado livre e devoluto, podendo a Instituição fazer dele o que bem entender.

Artigo 48º – Em qualquer dos casos previsto na cláusula anterior, reverterá a favor da Instituição todo o espólio deixado no aposento pelo utente, caso não seja reclamado por este ou pelos seus herdeiros devidamente habilitados, no prazo de 12 meses, a contar da data de desistência ou falecimento.

Artigo 49º – Passado o prazo de um ano, o espólio reverterá definitivamente a favor do estabelecimento.

CAPÍTULO XXI

Do funeral e últimas vontades

Artigo 50º – O funeral será custeado pela família ou pela pessoa responsável pelo utente, apenas sendo custeado pela Instituição no caso do utente não ter família nem pessoa responsável que o possa custear.

- * “*As últimas vontades*” aceites pela Instituição, serão obrigatoriamente registadas no processo para serem cumpridas;
- * Os funerais dos utentes que fiquem a cargo da Instituição realizam-se com dignidade, dentro das suas possibilidades, e os corpos serão sepultados, nas sepulturas pertencentes à mesma.

CAPÍTULO XXII

Livro de Reclamações

Artigo 51º – Nos termos da legislação em vigor, esta Instituição possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado à Direcção pelo utente sempre que desejado.

CAPÍTULO XXIII

Das disposições gerais

Artigo 52º – No caso do utente desejar sair voluntariamente do Lar, fará uma declaração escrita na qual informará o motivo desse abandono, a fim de ser apenso ao processo, assim como terá que assinar um termo em como lhe foram entregues todas as roupas e objectos que possuía no momento da sua saída. Caso isto não seja possível, a Directora Técnica da Instituição documentará tudo, quando possível com testemunhas.

Artigo 53º – Para o completo e regular funcionamento do Lar é proibido aos Utentes:

- a) Colocar nas paredes das diversas dependências do Lar, pregos, quadros, estampas, etc., sem prévia autorização superior;
- b) Guardar nos quartos, qualquer espécie de alimentos susceptíveis de se deteriorarem ou provocarem cheiro, poluindo o ambiente;
- c) Guardar bebidas alcoólicas nos quartos;
- d) Manter nos quartos rádios ou televisores, quando autorizados, em funcionamento após a hora de silêncio, bem como objectos cortantes (canivetes, facas, etc.);
- e) Usar ou acender qualquer lamparina, cigarro, máquina ou fogão nos quartos;
- f) Fumar em locais não permitidos, nomeadamente no quarto de dormir.

Artigo 54º – O Presente Regulamento Interno entra em vigor imediatamente.

Artigo 55º – Qualquer caso omissa no presente regulamento interno, será da resolução e competência da Mesa Administrativa, ouvindo o parecer do Provedor e da Directora Técnica da Instituição e a considerar em futura alteração ou actualização, podendo ser regidos pelo disposto no contrato de Prestação de Serviços.

O Provedor

(José Carlos Bessa Machado, Eng.º)